



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

KALYNE COELHO MARTINS

**IFTO CAMPUS PALMAS: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA
AUTISTA**

**PALMAS – TO
2025**

KALYNE COELHO MARTINS

**IFTO CAMPUS PALMAS: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA
AUTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Pública da Unidade de Palmas, do Instituto
Federal do Tocantins, como exigência à obtenção
do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Especialista Emerson Montenegro
Lima

PALMAS - TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

M379i Martins, Kalyne
IFTO CAMPUS PALMAS: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DA
PESSOA AUTISTA / Kalyne Martins. – Palmas, TO, 2025.
27 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2025.

Orientador: Esp. Emerson Montenegro

1. Identificar as práticas adotadas pelo IFTO para inclusão de
pessoas com autismo. 2. Apresentar a infraestrutura existente no
IFTO para inclusão de pessoas com autismo.. 3. Abordar sobre o que
a legislação assegura na inclusão de pessoas com TEA em
universidades.. I. Montenegro, Emerson. II. Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).

KALYNE COELHO MARTINS

IFTO CAMPUS PALMAS: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA AUTISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Pública da Unidade de Palmas do Instituto
Federal do Tocantins, como exigência à obtenção
do título de Tecnólogo(a) em Gestão Pública.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Especialista Emerson Montenegro Lima
Instituto Federal do Tocantins – Unidade Palmas

Mestre Robleik Barbosa
Instituto Federal do Tocantins – Unidade Palmas

Mestre Ana Carolina Nogueira Falcão
Instituto Federal do Tocantins – Unidade Palmas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me sustentado todos esses anos, agradeço a minha família por serem meu alicerce sempre, em especial minha tia Geane que sempre acreditou e me inspirou a não desistir, as minhas amigas Hanna e Edilania por sempre acreditarem em mim e me ajudarem muito.

Agradeço também ao meu orientador por toda atenção e disponibilidade.

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista, atualmente tem ganhado muita evidencia na sociedade, em especial no cenário educacional. Portanto, tendo em vista uma maior necessidade de ser compreendido e estudado dentro do ensino superior. O espectro conforme o nome, possui características variadas e peculiares, as quais estão diretamente ligadas a forma como uma pessoa percebe, interage e se relaciona com o mundo, englobando uma ampla gama de características e níveis de gravidade, tornando cada indivíduo único em suas experiências e desafios, neste sentido o principal objetivo deste trabalho é analisar quais são os desafios para a inclusão e permanência das pessoas autistas no IFTO, com base na responsabilidade social da instituição. Através de uma pesquisa bibliográfica/documental, na qual se analisou documentos existentes no IFTO, a respeito da inclusão da pessoa autista no meio estudantil. Neste âmbito os principais desafios encontrados no ensino superior, estão relacionados ao apoio, acessibilidade, acolhimento, ferramentas de ensino e métodos avaliativos, que interferem de forma negativa no processo de ensino.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Inclusão; Permanência e Ensino Superior.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder is currently gaining a lot of attention in society, especially in the educational setting. Therefore, in view of a greater need for it to be understood and studied within higher education. The spectrum, as the name suggests, has varied and peculiar characteristics, which are directly linked to the way a person perceives, interacts and relates to the world, encompassing a wide range of characteristics and levels of severity, making each individual unique in their experiences and challenges. In this sense, the main objective of this work is to analyze what are the challenges for the inclusion and permanence of autistic people in IFTO, based on the social responsibility of the institution. Through a bibliographical/documentary research, in which documents existing in IFTO were analyzed, regarding the inclusion of autistic people in the student environment. In this context, the main challenges encountered in higher education are related to support, accessibility, reception, teaching tools and assessment methods, which negatively interfere in the teaching process.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Inclusion; Permanence and Higher Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	10
2.1 Objetivo geral	10
2.2 Objetivos específicos	10
3 REFERENCIAL TEÓRICO	11
3.1 Transtorno do Espectro Autista - Conceitos e características	11
3.2 Aspectos legais e jurídicos das pessoas com (TEA)	12
3.3 Avanços e desafios sobre a educação de pessoas com TEA	12
3.4 IFTO e suas políticas de inclusão	13
3.5 Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)	14
3.6 PDI E NAPNE no IFTO	15
4 METODOLOGIA	17
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
5.1 Desafios para a inclusão e permanência das pessoas autistas no IFTO	19
5.2 Práticas e infraestrutura adotadas pelo IFTO para inclusão de pessoas com autismo	20
5.3 Legislação na inclusão de pessoas com TEA em universidades	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

O espectro autista é uma condição complexa e que possui características variadas e peculiares, que afeta a forma como uma pessoa percebe, interage e se relaciona com o mundo ao seu redor. Este espectro engloba uma ampla gama de características e níveis de gravidade, tornando cada indivíduo único em suas experiências e desafios. Embora tenha sido amplamente estudado nas últimas décadas, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda é cercado por muitas perguntas e mitos (VIANA *et al.*, 2020).

O TEA é caracterizado por déficits na comunicação social e pelo comportamento repetitivo ou restrito. Essas características podem variar significativamente de pessoa para pessoa. Alguns indivíduos no espectro podem ter dificuldades em estabelecer contatos interpessoais, enquanto outros podem ter interesses intensos e específicos em determinados tópicos. Essa diversidade é uma das razões pelas quais é chamado de "espectro", pois representa uma vasta série de manifestações (VIANA *et al.*, 2020).

A causa do TEA ainda não é completamente compreendida, embora haja evidências de que fatores genéticos e ambientais desempenhem um papel importante. O diagnóstico precoce e a intervenção adequada são cruciais para melhorar o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas no espectro autista. À medida que a sociedade se torna mais consciente e inclusiva, espera-se que as pessoas com o transtorno tenham mais oportunidades de participar plenamente na vida cotidiana e alcançar seu potencial máximo (VIANA *et al.*, 2020).

A crescente conscientização e inclusão social têm levado a um ambiente mais acolhedor e acessível para pessoas com TEA. Políticas públicas que promovem a inclusão educacional e o emprego para indivíduos com TEA são essenciais para garantir que eles tenham as oportunidades necessárias para alcançar seu potencial máximo (American Psychiatric Association, 2023). A mudança na percepção social e o aumento da aceitação podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida e o empoderamento dos indivíduos no espectro.

O campo de estudo de trabalho desse estudo, foi o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) - Campus Palmas, localizado na capital do estado, desempenha um papel crucial na educação técnica e tecnológica da região. Fundado em 2008, o

campus oferece uma gama diversificada de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, voltados para atender às demandas educacionais e profissionais do Tocantins (Instituto Federal do Tocantins, 2023).

Além dos cursos regulares, o campus se destaca por suas iniciativas de extensão e pesquisa, que visam promover o desenvolvimento regional e a inclusão social. As atividades de extensão incluem projetos comunitários e parcerias com instituições locais, que buscam resolver questões pertinentes à realidade da população e fomentar a inovação local (Silva & Costa, 2021).

O IFTO - Campus Palmas também é conhecido por seu compromisso com a qualidade educacional e a formação integral dos seus alunos. Com uma infraestrutura e uma equipe docente qualificada, o campus oferece um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades técnicas e acadêmicas (Instituto Federal do Tocantins, 2023).

O apoio a pesquisas acadêmicas e a integração com o mercado de trabalho são aspectos fundamentais da sua missão, preparando os estudantes para enfrentar desafios profissionais e contribuir para o avanço da ciência e da tecnologia na região (Silva & Costa, 2021). O reconhecimento das suas atividades e a participação em projetos de relevância regional reforçam a importância do campus como um polo educacional e inovador no Tocantins.

O TEA afeta uma parcela significativa da população, segundo a ONU, acredita-se haver mais de 70 milhões de pessoas autistas no mundo. Tendo em vista esta incidência tão expressiva, entender o autismo se torna vital para o desenvolvimento de intervenções eficazes e adequadas, afim de promover a inclusão e aceitação destes indivíduos. Ao compreender as características do autismo, podemos criar ambientes mais acolhedores e adaptados às necessidades específicas das pessoas no espectro. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Outro fator importante para estudar o espectro autista está relacionada ao potencial não explorado que muitas pessoas com TEA possuem. Muitos indivíduos no espectro têm habilidades excepcionais em áreas como matemática, ciência e arte. Ao reconhecer e nutrir essas habilidades, podemos aproveitar o talento e a criatividade que eles podem oferecer à sociedade.

Além disso, a pesquisa sobre o TEA é importante para identificar causas e

fatores de risco, possibilitando a prevenção e a detecção precoce do transtorno. Com um diagnóstico mais cedo, intervenções terapêuticas podem ser iniciadas mais cedo, melhorando a qualidade de vida das pessoas com o transtorno e suas famílias.

Por fim, o estudo do espectro autista promove uma sociedade mais empática e informada. À medida que as pessoas aprendem sobre o autismo, tornam-se mais conscientes das necessidades e desafios enfrentados por indivíduos no espectro. Isso contribui para a redução do estigma e para a criação de uma comunidade mais inclusiva e solidária. Dessa forma o presente estudo tem como problemática discorrer sobre os desafios enfrentados para a inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no IFTO.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Analisar quais são os desafios para a inclusão e permanência das pessoas autistas no IFTO, com base na responsabilidade social da instituição.

2.2 Objetivo Especifico

- Identificar as práticas adotadas pelo IFTO para inclusão de pessoas com autismo;
- Apresentar a infraestrutura existente no IFTO para inclusão de pessoas com autismo.
- Abordar sobre o que a legislação assegura na inclusão de pessoas com TEA em institutos federais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Transtorno do Espectro Autista - Conceitos e características.

Em 1906 surgiram os primeiros relatos a respeito do Autismo, e em 1943 foi definido por Kanner, como um Distúrbio Artístico do Contato Afetivo, com o avanço da sociedade foi inserido no Manual Diagnostico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), sendo classificado como Transtorno do Espectro Autista. Dentro das principais características desta condição tem se perturbações das relações afetivas com o meio, solidão artística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas e aspecto físicos (VIANA *et al.*, 2020).

Segundo a Organização mundial da saúde (OMS) o autismo se caracteriza por um transtorno de neurodesenvolvimento que se manifesta por uma deficiência no desenvolvimento da comunicação por meio da linguagem verbal e não verbal, ocasionando variados graus de dificuldade de interação social. A prevalência estimada é de 1 a cada 100 criança desenvolva esta condição. Segundo GONZÁLEZ *et al.*, (2023) o autismo é possui etiologia multifatorial, incluindo fatores tais como:

Genéticos e ambientais pré-natais, perinatais e neonatais, como prematuridade, hipóxia perinatal, infecções maternas pré/perinatais, deficiência materna de vitamina D, maior idade paterna, exposição gestacional ao valproato, obesidade materna e baixo peso ao nascer. peso (<1.500 g), portanto sua avaliação e manejo são complexos, também devido à persistência na idade adulta, à presença de distúrbios físicos e mentais concomitantes e à incapacidade concomitante.

Por apresentar manifestações clínicas variadas, sobretudo em relação aos principais déficits do Transtorno, a saber, nas áreas de comunicação, interação social e comportamental. O sujeito com TEA pode estar inserido em diferentes níveis ou graus, classificados em: leve, moderado e severo ou na denominação mais recente: níveis 1, 2 e 3. O nível 1, denominado autismo leve, embora não haja um comprometimento cognitivo severo, é possível perceber aspectos comuns do autismo, como dificuldade de se relacionar socialmente (DUARTE *et al.*, 2021).

Por isso, ainda que aconteça sintomas leves, é necessário acompanhamento de equipe multidisciplinar. O nível 2, considerado um transtorno moderado, é quando há maior comprometimento no indivíduo e a presença de atrasos mais expressivos que o grau leve, sendo necessário um maior acompanhamento e apoio substancial.

Por fim, o nível 3, o grau mais severo do autismo, é onde há índices graves de déficits cognitivos, de inteligência e/ou de motricidades, entre outros comprometimentos, sendo importante um apoio muito substancial (DUARTE et al., 2021).

3.2 Aspectos legais e jurídicos das pessoas com (TEA)

A cerca do TEA, o Estado dispõe de aspectos legais e jurídicos, que visam a integração, inclusão e direitos das pessoas portadoras do transtorno na sociedade.

De acordo com a Lei nº 14.626, de 19 de julho de 2023:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para prever atendimento prioritário em diversos estabelecimentos a pessoas com transtorno do espectro autista ou com mobilidade reduzida e a doadores de sangue, bem como reserva de assento em veículos de empresas públicas de transporte e de concessionárias de transporte coletivo nos dois primeiros casos (BRASIL, 2023).

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

De acordo com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. Art. 3º-A. É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2012).

3.3 Avanços e desafios sobre a educação de pessoas com TEA

A educação de pessoas autistas enfrenta desafios complexos, mas significativos avanços têm sido conquistados. Desafios incluem a necessidade de abordagens pedagógicas personalizadas, compreensão das diferentes formas de comunicação e a criação de ambientes inclusivos. No entanto, à medida que a conscientização sobre o espectro autista cresce, aumenta também a implementação de estratégias educacionais mais eficazes.

A promoção de salas de aula inclusivas, formação de professores especializados e a integração de tecnologias adaptativas são exemplos de avanços que estão contribuindo para uma educação mais equitativa e enriquecedora para

peças autistas. Esses progressos destacam a importância contínua de investir em práticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade presente no espectro autista.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001, 2014) visa estabelecer as diretrizes e metas para os próximos dez anos, em conjunto com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. O Plano conclui que o conhecimento da realidade brasileira possui grande precariedade, por possuir baixas estatísticas completas sobre o número de pessoas portando necessidades especiais e sobre o atendimento fornecido a elas. O Decreto das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2003) que implanta o programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cujo objetivo é:

"[...] a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares." (BRASIL, 2005, p. 9).

3.4 IFTO e suas políticas de inclusão

Através da promulgação da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, surgiram os Institutos Federais (IF), integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. Esta legislação determina que os IF, além de fornecerem educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada, pesquisa e extensão, devem também oferecer cursos de nível superior, incluindo licenciaturas destinadas à formação de professores para a educação básica e profissional, bem como cursos de pós-graduação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892 instituiu 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, incluindo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). A criação do IFTO resultou da fusão da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, ambas estabelecidas em abril de 1993 e setembro de 1985, respectivamente. No momento, o IFTO conta com oito campi, tendo sua sede localizada em Palmas, a capital do estado.

A respeito do posicionamento do IFTO sobre a educação e inclusão das pessoas com deficiência, sabe-se, segundo dados da Resolução Consup/IFTO Nº

48, de 6 de maio De 2021, que trata da Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, os estudantes que se enquadram no âmbito de educação especial, tem previsão de:

Art. 2º A educação inclusiva é o processo social, pedagógico, cultural, filosófico, estético, ético e político de ações educativas, pedagógicas e administrativas voltadas para a inclusão, o acesso, a permanência e o êxito de todos os estudantes no IFTO, especialmente dos estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação; e dos estudantes jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida e com transtornos específicos da aprendizagem, de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada estudante IFTO, 2021.

§ 1º O IFTO deve incluir todas as pessoas independentemente de suas condições Físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, econômicas, culturais ou outras e, ainda, as pessoas com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação; jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida e transtornos específicos da aprendizagem; pessoas em situação de risco, de origem remota ou de população nômade; pessoas pertencentes a minorias linguísticas, étnico-raciais ou culturais, discriminadas, marginalizadas ou que apresentem vulnerabilidade socioeconômica; assim sendo, o conceito de educação inclusiva é mais amplo e atende todas as interfaces da acessibilidade IFTO, 2021.

3.5 Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)

A Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) estabelece diretrizes para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência. O Art. 2º define a educação inclusiva como um processo abrangente que envolve aspectos sociais, pedagógicos, culturais, filosóficos, estéticos, econômicos e políticos. Esse processo visa a inclusão e o êxito de todos os alunos, com especial atenção para aqueles com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), altas habilidades/superdotação e outras necessidades educacionais especiais (IFTO, 2021).

O § 1º amplia o conceito de inclusão para abranger todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, econômicas, culturais ou outras. Isso inclui também pessoas com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação, jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida, transtornos específicos da aprendizagem, bem como grupos em situação de risco, minorias linguísticas, étnico-raciais ou culturais, discriminadas,

marginalizadas ou com vulnerabilidade socioeconômica (IFTO, 2021).

O § 2º afirma que a inclusão escolar é um direito humano fundamental e exige mobilização de esforços financeiros, administrativos, educacionais e pedagógicos para capacitar todas as unidades escolares do IFTO a atender adequadamente seus estudantes (IFTO, 2021).

Por fim, o § 3º posiciona a educação especial dentro do escopo mais amplo da educação inclusiva, reforçando a necessidade de atendimento especializado para garantir que as necessidades educacionais de todos os alunos sejam atendidas de forma eficaz (IFTO, 2021).

Além disso, o IFTO contempla Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), por meio da Portaria nº 249/2017, de 18 de julho. Esse núcleo visa assegurar o cumprimento da legislação nacional e internacional que promove a dignidade da pessoa humana, respeita as diferenças e fomenta a diversidade e a inclusão, com o objetivo de erradicar preconceitos e práticas discriminatórias (SOBRAL, 2017).

3.6 PDI E NAPNE no IFTO

De acordo com a política de inclusão do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Tocantins (PDI), em seu artigo 2º a educação inclusiva é permeada por um conjunto de ações pedagógicas e administrativas que asseguram a inclusão, o acesso, a permanência, levando em consideração as condições educacionais de cada indivíduos. Segundo as diretrizes estabelecidas no PDI, o IFTO deve:

incluir todas as pessoas independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, econômicas, culturais ou outras e, ainda, as pessoas com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação; jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida e transtornos específicos da aprendizagem; pessoas em situação de risco, de origem remota ou de população nômade; pessoas pertencentes a minorias linguísticas, étnico-raciais ou culturais, discriminadas, marginalizadas ou que apresentem vulnerabilidade socioeconômica; assim sendo, o conceito de educação inclusiva é mais amplo e atende todas as interfaces da acessibilidade.

Neste sentido, entende-se que as políticas de inclusão são fundamentais para assegurar os direitos de acesso educacionais a pessoas portadores de TEA, englobando de forma completa as ações a serem adotadas pela universidade para

garantir o aprimoramento das políticas públicas de atendimento a pessoas com deficiências sejam intelectuais, físicas, auditivas e visuais.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) foi instituído por meio do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – TEC NEP. Seu principal objetivo é promover a implementação e a consolidação de políticas inclusivas no IFTO, assegurando o acesso e a permanência dos estudantes com necessidades educacionais específicas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma em conjunto, o PDI e o NAPNE garantem uma educação efetiva e de qualidade a indivíduos com necessidades especiais (MATOS, 2024).

Contudo o NAPNE possui algumas lacunas como na ação colaborativa dos educadores, na formação das equipes multiprofissionais, na falta de políticas financeiras para estruturação física das salas de recursos multifuncionais. Na composição do NAPNE atua um conjunto de profissionais dos quais a maioria não tem formação ou qualificação na área da educação especial e muitos não passaram por uma formação para atuar no núcleo, o que dificulta o trabalho e engajamento das EMPs (MATOS, 2024).

O principal público dos serviços ofertados pelo NAPNE são pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e/ou com outras necessidades educacionais específicas, o que enfatiza a necessidade de profissionais, monitores qualificados e instruídos para tornar o processo de ensino aprendizagem inclusivo e assertivo (MATOS, 2024).

4. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de pesquisa bibliográfica/documental, na qual se analisou documentos existentes no IFTO, a respeito da inclusão da pessoa autista no meio estudantil. Segundo, Oliveira, (2007), “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

De acordo com Gil, (2012), o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos “de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico.

Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

Quanto à tipologia, os estudos de caso podem ser classificados como exploratórios, com a finalidade de se obter uma informação preliminar sobre o objeto de estudo, descritivos, quando interessa descrever “como”, ou ainda analíticos, sempre que problematizam, constroem ou desenvolvem uma nova teoria, confrontando-a com outras existentes.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a análise dos dados, considerou-se os objetivos específicos:

- Identificar as práticas adotadas pelo IFTO para inclusão de pessoas com autismo;
- Apresentar a infraestrutura existente no IFTO para inclusão de pessoas com autismo.
- Abordar sobre o que a legislação assegura na inclusão de pessoas com TEA em universidades.

Neste sentido foram selecionados 5 estudos, conforme quadro 01 que serão percorridos e abordados conforme os objetivos descritos acima, afim de solucionar a problemática da pesquisa

Quadro 01: Sistematização dos trabalhos selecionados para composição dos resultados e discussões

ANO/AUTOR	TIPO DE ESTUDO	TITULO
(TOURINHO et al., 2022)	Cartilha	Orientações pedagógicas e técnicas para o relacionamento com as pessoas com Transtorno do Espectro Autista TEA
(OLIVEIRA, 2023)	Artigo	Estratégias e desafios do ensino inclusivo de matemática para alunos autistas dos anos finais do ensino fundamental
(SCHIMUNECK, 2023)	Artigo	Desafios enfrentados por alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior: uma revisão literária
(GODDARD et al., 2021)	Estudo Analítico descritivo	Um estudo qualitativo das experiências sociais de estudantes universitários no espectro autista

(THOMPSON, 2018)	Artigo	Pontos de vista sobre como os alunos com autismo podem navegar melhor na universidade
---------------------	--------	---

5.1 Desafios para a inclusão e permanência das pessoas autistas no IFTO

O Transtorno do Espectro Autista, atualmente tem ganhando muita evidência na sociedade, sendo bastante discutido dentro do cenário educacional, portanto, tendo em vista uma maior necessidade de ser compreendido e amparado dentro do ensino superior, legalmente por leis. Leis que tenham funcionalidade e que sejam corretamente aplicadas dentro das universidades levando em consideração as peculiaridades e distinções, bem como o nível de suporte apresentados pelos acadêmicos neurodiversos (OLIVEIRA, 2023).

A investigação sobre os diferentes tipos do TEA o classificam em três níveis distintos: o nível leve, que demanda pouco suporte, permitindo que o aluno seja mais independente; o nível moderado, que exige um suporte moderado, sendo mais comum a presença de distúrbios de atenção ou hiperatividade; e o nível severo, no qual o aluno necessita de apoio mais intenso devido a uma combinação de diferentes características, como distúrbios de atenção, hiperatividade, impulsividade, alheamento e, em alguns casos, agressividade física e/ou verbal e demandas motoras (OLIVEIRA, 2023).

Segundo o estudo de Schimuneck, (2023), em 2018 dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em todo o país havia um quantitativo de 754 alunos com TEA dentro de uma instituição de ensino superior, dentre um total de 39.855 alunos. Segundo dados deste estudo em uma entrevista realizada nesse grupo, os principais desafios mencionados estavam associados a dificuldade de interação social, a falta de adaptações ao ensino, a presença do mesmo critério de avaliação entre todos os alunos, a barreira informacional, bem como a falta de concentração, dificuldade em manter relações sociais, brigas, também foram pautas muito levantadas por 4 dos 6 entrevistados dentro do ensino superior (SCHIMUNECK, 2023).

Tais dificuldades observadas no estudo de Schimuneck (2023), tanto na socialização, quanto na avaliação e aprendizagem no meio universitário são fatores

que colaboram para, apesar do número crescente de alunos com TEA, muitos deles não concluírem sua graduação.

Corroborando para os mesmos achados do estudo de Schimunek (2023), um estudo comparou as experiências de estudantes atípicos e típicos, matriculados no ensino superior e evidenciou que os estudantes atípicos apresentaram pontuações mais baixas no meio acadêmico e social, com predisposição a níveis mais elevados de ansiedade, solidão e depressão, chegando ao mesmo achado de Schimunek (2023), no que se refere a não conclusão da graduação (GODDARD et al., 2021).

Observa-se, através dos estudos descritos que mesmo alunos portadores de TEA, com altas habilidades não estão isentos de serem incluídos na possibilidade de não se formarem e isso acontece pela dificuldade adaptativa que todos passam, principalmente por este grupo apresentar maiores complicações na comunicação social e no funcionamento executivo das ações, pensamentos e emoções.

Neste âmbito os principais desafios encontrados no ensino superior, estão relacionados ao apoio, acessibilidade, acolhimento, ferramentas de ensino e métodos avaliativos, que interferem de forma negativa o processo de ensino.

5.2 Práticas e infraestrutura adotadas pelo IFTO para inclusão de pessoas com autismo

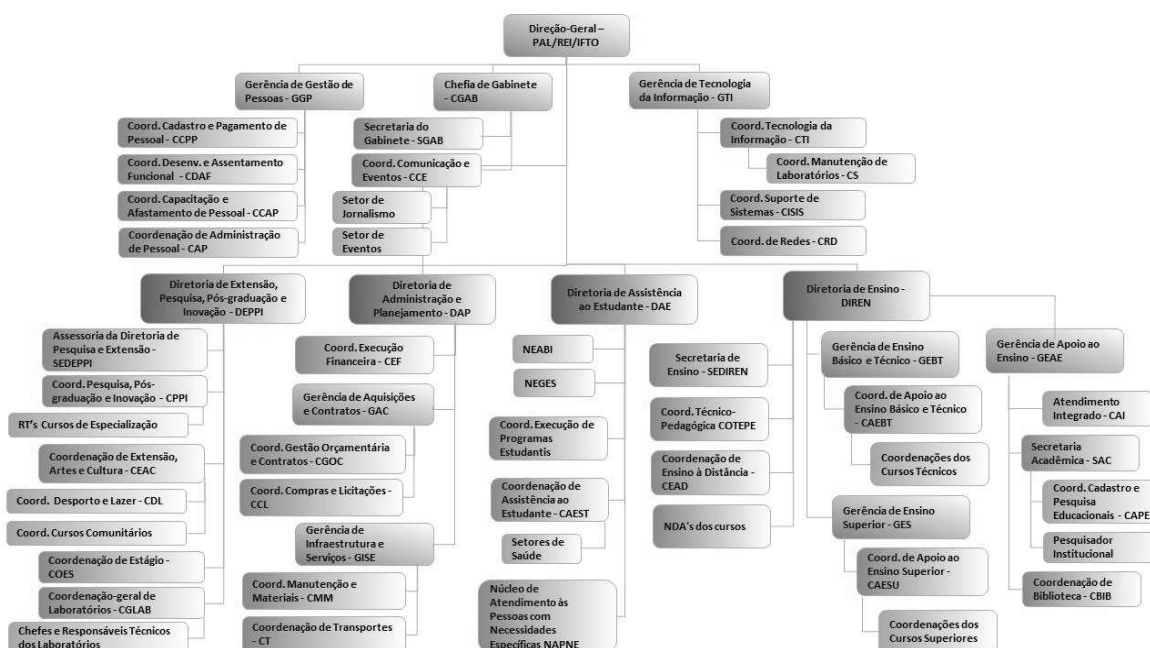
Dentro dos níveis apresentados de variação do TEA, os déficits de comunicação e desenvolvimento da linguagem constitui significativa barreira no processo de ensino, aprendizagem, com variações na intensidade e na gravidade. Neste sentido algumas práticas foram adotadas dentro do IFTO, como a criação do NAPNE que tem como principal objetivo implantação e consolidação de políticas inclusivas no IFTO, assegurando há portadores de necessidade especiais o ensino efetivo de forma inclusiva, ética, respeitosa, cidadã e social em todos os campus.

Em conjunto com o NAPNE tem-se o Plano de Ensino Individualizado (PEI) que é um documento que norteia o percurso necessário e os suportes a serem oferecidos aos estudantes que requer uma educação especial, descrevendo as habilidades e necessidades do estudante, definindo assim as metas a serem alcançadas, prazos e estabelece os profissionais responsáveis. Sua elaboração é

baseada em uma avaliação criteriosa acerca das potencialidades e necessidades de cada estudante

Dentro do IFTO, o NAPNE é constituído de uma coordenação geral na reitoria de apoio e uma coordenação de atendimento local em cada campus da instituição que é constituído de uma equipe multidisciplinar e membros da comunidade acadêmica que são instruídos e capacitados para fornecer suporte aos alunos com TEA, dessa forma o NAPNE Palmas é estruturado conforme imagem 01. Dentro das ferramentas utilizadas pela instituição para tornar possível o ensino, tem-se a monitoria que é realizada pelos acadêmicos da instituição e supervisionada por um profissional competente, atendimento psicopedagógico, material didático adaptados, acessibilidade comunicacional e informacional (TOURINHO et al., 2022).

ORGANOGRAMA DO CAMPUS PALMAS



Fonte: Portal IFTO, 2022

Neste sentido quando um aluno com necessidades especiais ingressa no campus da IFTO, este fornece um laudo com o seu diagnóstico e através deste documento o aluno é acompanhado pela equipe multidisciplinar que envolve psicólogos, assistente social, entre outros profissionais que por meio deste acampamento, adota a melhor estratégia de ensino conforme as necessidades do indivíduo, adaptando o ensino e aprendizagem da melhor forma.

A adaptação da estrutura física do polo só é realizado quando há necessidade conforme a condição e laudo médico apresentado pelo do acadêmico, em muitos casos essa necessidade não requer muitas mudanças físicas, e sim pedagógicas acerca do conteúdo, metodologia de avaliação, material de estudo, forma de ensino, contudo quando matriculo na instituição de ensino, o setor de suporte pedagógico já realiza uma análise nos documentos médicos apresentados pelo acadêmico e após análise, todas as intervenções necessárias são realizadas para garantir a melhor qualidade possível ao estudante.

Como resultado deste acompanhamento multidisciplinar aos acadêmicos adotado pela IFTO, conforme aborda o autor (THOMPSON, 2018), proporciona resultados positivos e satisfatórios na permanência e na inclusão dos alunos, diminuindo de forma significativa o número de baixa durante a graduação.

5.3 Legislação na inclusão de pessoas com TEA em universidades.

Conforme a constituição federal em seu artigo 205, a educação é “um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, [...]”, nesse sentido entende-se que pessoas portadoras de TEA, merecem atenção e inclusão quando o tema a ser discutido é educação (BRASIL, 1988).

Em 1989 foi aprovada a Lei nº 7.853/1989 (BRASIL, 1989), que define a Educação Especial como uma modalidade educativa desde a educação precoce até a habilitação e reabilitação de profissionais, com currículo e diplomação próprios. A década seguinte foi marcada por políticas públicas e movimentos sociais implementados por outros países para promover a educação dos estudantes. Fator este que promoveu um olhar da sociedade para pessoas portadores de necessidades especiais.

Em 2012 foi publicada a política nacional de proteção dos direitos da Pessoa com transtorno do espectro autista. A Lei 12.764/12, também conhecida como lei Berenice Pianna que assegura a pessoa acometidas por esse transtorno o direito a educação e ensino profissionalizante, assim como direitos a acompanhantes especializado nas classes como de ensino regular (BRASIL, 2012).

A Lei nº 12.764/2012, representa um marco significativo na proteção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. Ao reconhecer o autismo como uma deficiência para todos os efeitos legais, a lei assegura que indivíduos com TEA tenham acesso aos mesmos direitos garantidos às pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão e participação plena na sociedade (BRASIL, 2012).

Desta forma esta lei estabelece que o autismo é considerado uma deficiência para todos os efeitos legais, garantindo que pessoas com TEA tenham acesso aos direitos e benefícios destinados às pessoas com deficiência. Assegura o direito ao diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional e terapias adequadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo acompanhamento com médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais de saúde necessários (BRASIL, 2012).

No ensino garante o direito à educação em escolas regulares, o que também é aplicado atualmente no ensino superior, com adaptações curriculares e apoio pedagógico especializado, promovendo a inclusão, bem como combate o preconceito e a discriminação, garantindo que os autistas sejam tratados de forma digna e com igualdade de oportunidades. Em resumo, a Lei Berenice Piana representa um avanço significativo na garantia dos direitos das pessoas com autismo no Brasil, promovendo sua inclusão social, acesso a serviços essenciais e proteção contra discriminação (BRASIL, 2012).

Atualmente o NAPNE é o principal órgão atuante dentro dos IF's para regularizar o ensino inclusivo e tem como competência

A identificação inicial, na qual serão tomadas as medidas cabíveis à garantia das adaptações necessárias ao candidato com necessidades especiais, que realize processo seletivo no Instituto até a etapa do acolhimento, que envolve a aplicação de entrevista inicial, servindo como base para o preenchimento de relatórios que darão ciência à direção de ensino sobre a matrícula desses estudantes na instituição. Além de atuar como mediador no ingresso do estudante PAEE junto à coordenação de ensino; dialogar com os professores sobre as diferenciações necessárias ao estudante, com base nos dados fornecidos por ele no momento da entrevista; solicitar oficialmente a realização das adaptações físicas necessárias junto à direção do campus e conscientizar a turma que irá receber o estudante PAEE, o NAPNE atua dentro dos IFs como apoio especializado para esses estudantes. No que consiste ao apoio especial (BRASIL, 2018).

Para atender as necessidades deste Núcleo de atendimento o NAPNE deve ser composto pelo

Coordenador do núcleo; o setor pedagógico; professores; profissional de apoio escolar; guia-interprete educacional; tradutor interprete de Libras e o próprio apoio especializado responsável pela elaboração do material de apoio adaptado e pela oportunização do uso da Tecnologia Assistiva. (Brasil, 2018).

Os Napnes foram desenvolvidos em meados de 2000, por meio de uma política inclusiva denominada Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP). Em 2010 foi reestruturado e renomeado Ação TEC NEP. Essa ação visa preparar a Rede Federal de Carreira e Educação Técnica para receber pessoas com necessidades especiais em cursos de formação inicial e continuada, técnica e de pós-graduação e possibilitar sua permanência e saída com sucesso do mundo do trabalho. Nesse sentido atualmente os Napnes são os principais órgãos dentro dos IF's, que norteiam e regulamenta o acesso ao ensino inclusivo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa, conclui-se que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem ganhado mais espaço na sociedade e no contexto educacional nos últimos anos. Isso se reflete no aumento do número de estudantes com TEA no ensino superior. Devido às particularidades desse espectro, os acadêmicos enfrentam desafios específicos, tais como dificuldade de interação social, falta de adaptações ao ensino, métodos avaliativos inadequados, falta de concentração, dificuldade em manter relações sociais e conflitos.

Esses desafios tornam-se uma problemática para que esses alunos permaneçam e finalize a graduação. Além disso, os acadêmicos também enfrentam barreiras no apoio, acessibilidade e acolhimento. No tocante ao IFTO destaca-se o fato observado no estudo do desenvolvimento de algumas ações de inclusão e acessibilidade para atender às necessidades dos estudantes com TEA, como a criação do NAPNE.

Não obstante, atualmente, os Institutos Federais (IFs) oferecem apoio aos estudantes com TEA por meio de monitorias para melhorar o desempenho, materiais didáticos adaptados às necessidades individuais dos alunos e mudanças físicas na estrutura, quando necessário.

Para regulamentar e acompanhar esse ensino inclusivo, os IFs contam com o Núcleo de Apoio ao Estudante com Deficiência (NAPNE) e o Plano de Educação Inclusiva (PEI), que promovem o apoio necessário à instituição e aos profissionais para garantir um ensino de qualidade a esses estudantes.

Diante dos resultados obtidos e das limitações da presente pesquisa, recomenda-se a realização de outros estudos acadêmicos que aprofundem o tema do Transtorno do Espectro Autista (TEA) não apenas no contexto do IFTO, mas também no contexto educacional brasileiro. Isso permitirá uma compreensão mais ampla das necessidades e desafios enfrentados pelos estudantes com TEA e contribuirá para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. (2013). **Diagnostic and statistical manual of mental disorders** (5th ed.). APA.

COSTA, Aguida Luiza Dias da. Transtorno do espectro autista: a linguagem como instrumento de inclusão social e educacional. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.**

COIMBRA, Maria de Nazaré Castro Trigo *et al.* O ESTUDO DE CASO COMO ABORDAGEM METODOLÓGICA NO ENSINO SUPERIOR. **Nuances**: estudos sobre Educação, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 31-46, 22 jan. 2014. Nuances Estudos Sobre Educação. <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v24i3.2696>.

DUARTE, Vinicius Eduardo Santos *et al.* O QUE A SOCIEDADE PRECISA SABER SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. *Revista Projetos Extensionistas*, S.I., v. 1, n. 2, p. 173-183, dez. 2021.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2012.

GONZÁLEZ GAITAN, Tatiana. Análise dos critérios de avaliação utilizados para casos de pensão vitalícia em criança com Autismo. Relato de caso com abordagem médica forense. **Med. perna. Costa Rica**, Heredia, v. 2, pág. 21-29, dezembro de 2023. Disponível

Em <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152023000200021&lng=en&nrm=iso>.

GODDARD, Helen; COOK, Anna. “I Spent Most of Freshers in my Room”—A Qualitative Study of the Social Experiences of University Students on the Autistic Spectrum. **Journal Of Autism And Developmental Disorders**, [S.L.], v. 52, n. 6, p. 2701-2716, 28 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução Consup/Ifto Nº 48, De 6 De Maio De 2021. Dispõe sobre Política De Inclusão Do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Tocantins Conselho Universitário, 2021. Disponível em: <https://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proae/inclusao-ediversidade/documentos-e-normas/politica-de-inclusao/politica-de-inclusao-ifto.pdf>Acesso em: 23 de novembro de. 2023./

MATOS, Ismael Aires. **NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE) NO IFTO: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL**. 2024. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Profissional e Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Tocantins Campus Palmas, Palmas, 2024.

OLIVEIRA, Marco Antônio dos Santos. **ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DO ENSINO INCLUSIVO DE MATEMÁTICA PARA ALUNOS AUTISTAS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**. 2023. 29 f. TCC (Graduação) - Curso de Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Palmas, 2023.

OLIVEIRA, Leticia (ed.). Instituto Federal do Tocantins (IFTO). 2015. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/amp/universidades/instituto-federal-tocantins.htm>. Acesso em: 23 nov. 2023.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.

SCHIMUNECK, Mariana Rosso. **DESAFIOS ENFRENTADOS POR ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO LITERÁRIA**. 2023. 4 f. Tese (Doutorado) - Curso de Congresso de Ensino de Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

SILVA, J. R., & Costa, A. M. (2021). O impacto dos Institutos Federais na educação técnica e profissional: O caso do IFTO - Campus Palmas. *Revista Brasileira de Educação Técnica*, 10(2), 45-58.

SOBRAL, Maiara. Regimentos internos dos núcleos são aprovados. 15/08/2017. Disponível em: <https://palmas.ifto.edu.br/principal/noticias/regimentos-internos-dos-nucleos-sao-aprovados>. Acesso em: 08 set. 2024

THOMPSON, Craig; BÖLTE, Sven; FALKMER, Torbjörn; GIRDLER, Sonya. Viewpoints on how students with autism can best navigate university. **Scandinavian Journal Of Occupational Therapy**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 294-305, 10 out. 2018.

VIANA, Ana Clara Vieira *et al.* Autismo: uma revisão integrativa. **Revista Saúde Dinâmica**, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 1-18, abr. 2020. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/2675-133x.2022.017>.